Comissão propõe estratégia política europeia para as radioetiquetas inteligentes

Exactamente um ano após o lançamento de uma consulta pública alargada à escala europeia sobre as etiquetas de identificação por radiofrequências (radio frequency identification ou RFID), a Comissão apresentou hoje as suas propostas para uma estratégia europeia nesse domínio. A Comissão propõe, nomeadamente, que se dê resposta às preocupações dos cidadãos quanto ao respeito da vida privada, a fim de incutir confiança nos consumidores e reforçar a posição da Europa num mercado que apresenta um crescimento de 60% a nível mundial.

"Do combate à contrafacção até à melhoria dos cuidados de saúde, as micropastilhas RFID inteligentes oferecem enormes oportunidades para as empresas e para a sociedade," declarou hoje a Comissária Viviane Reding, responsável pelo pelouro da Sociedade da Informação e dos Média, ao apresentar a estratégia da Comissão na CeBIT, a maior feira anual de tecnologias da informação (TI) do mundo, que se realiza em Hanôver, na Alemanha. *"No ano passado, afirmei aqui, na CeBIT, que devíamos estimular a utilização da tecnologia RFID na Europa, embora protegendo os dados pessoais e a vida privada. A consulta pública que a Comissão organizou a nível europeu em 2006 permitiu constatar uma grande falta de informação sobre esta matéria e uma forte preocupação por parte dos cidadãos. A estratégia da Comissão para a RFID procurará, portanto, sensibilizar os cidadãos, vincar a necessidade absoluta de serem eles a decidir da utilização dada aos seus dados pessoais e garantir que a Europa elimine os obstáculos actuais ao desenvolvimento do enorme potencial desta tecnologia."*

A RFID – consubstanciada nas chamadas “etiquetas inteligentes” – é uma tecnologia baseada em etiquetas emisoras de sinais rádio que funcionam como identificadores, e dispositivos que captam o sinal e identificam as etiquetas. Possui uma vasta gama de aplicações e não exige contacto directo nem leitura dentro do raio de visibilidade.

As radioetiquetas inteligentes possuem um potencial económico dificilmente subestimável. Só em 2006, venderam-se em todo o mundo mais de mil milhões de etiquetas RFID; em 2016, esse número poderá ser 500 vezes superior. Segundo as estimativas, o mercado europeu passará de 500 M€ em 2006 para 7000 M€ em 2016. A Europa é também um dos principais actores internacionais da investigação e desenvolvimento no domínio da tecnologia RFID, além de que a sua indústria ocupa uma posição invejável nesta área.

No entanto, há um conhecimento diminuto do potencial das radioetiquetas inteligentes. Cerca de 60% dos 2190 respondentes à consulta pública organizada pela Comissão em 2006 (ver [MEMO/06/378](#)) declararam não ter informação suficiente para avaliar devidamente as vantagens e inconvenientes da tecnologia RFID. Dos que estavam informados, 70% mostraram-se convictos de que as soluções técnicas são a melhor forma de reduzir os problemas de segurança e de protecção dos dados e da vida privada, 67% apoiaram a organização de campanhas de sensibilização para educar os consumidores e 55% apelaram ao estabelecimento de regulamentação para a RFID.

No intuito de reforçar a capacidade da Europa para colher os benefícios económicos e sociais da tecnologia RFID, respondendo ao mesmo tempo às preocupações dos consumidores, a Comissão publicou hoje a sua Comunicação sobre esta matéria. As acções previstas são as seguintes:

- criar, em 2007, um **Grupo de partes interessadas na RFID** para aconselhar e dar assistência à Comissão no desenvolvimento de uma posição política europeia sobre as aplicações RFID. Essas tarefas serão exercidas em associação com, entre outros, o Grupo de Trabalho sobre Protecção de Dados, instituído ao abrigo do artigo 29.º da Directiva 95/46/CE;
- até meados de 2007, propor alterações à **Directiva “Privacidade e comunicações electrónicas”** para ter em conta as aplicações RFID, no âmbito da revisão do quadro regulamentar comunitário das telecomunicações;
- publicar, até ao final de 2007, uma **Recomendação** destinada aos Estados-Membros e às partes interessadas **sobre os aspectos da segurança dos dados e da privacidade** nas radioetiquetas inteligentes. Quer a Directiva relativa à protecção dos dados, quer a Directiva “Privacidade e comunicações electrónicas” estabelecem regras para o processamento dos dados pessoais que devem ser respeitadas, independentemente das tecnologias subjacentes, e a Recomendação clarificará melhor a sua aplicação à RFID;
- em associação com o Grupo de partes interessadas, analisar os efeitos económicos e sociais das radioetiquetas inteligentes e de outras tecnologias, centrando-se sobretudo na **protecção da vida privada, na confiança e na governação**, e proceder depois a uma avaliação das opções políticas e da necessidade de novas medidas legislativas, até finais de 2008.

A Comunicação assinala também as áreas em que a Comissão pretende garantir que o desenvolvimento e a implantação de radioetiquetas inteligentes sejam tão seguros, respeitadores da privacidade e eficazes quanto possível. Trata-se da investigação e inovação, da disponibilidade de radiofrequências, da normalização e das questões ambientais e de saúde; deve ainda garantir-se que as identidades digitais sejam bem protegidas contra abusos na “internet das coisas” que começa a emergir, onde todas as coisas que nos rodeiam comunicam umas com as outras sem interacção da nossa parte.

Contexto da Comunicação

A Comunicação de hoje foi configurada pelos resultados de uma consulta pública. Durante a primeira fase, a Comissão organizou reuniões de trabalho sobre o respeito da vida privada, a segurança e o potencial da RFID para as empresas e a sociedade (ver [IP/06/289](#)).

A segunda fase deu a cada um a oportunidade de exprimir o seu ponto de vista (ver [IP/06/909](#)). Esta fase permitiu à Comissão avaliar se a Europa precisa de um ambiente político favorável e estável, que encoraje as empresas a investir na tecnologia RFID, na harmonização das normas e na atribuição de radiofrequências, embora oferecendo às pessoas garantias suficientes em matéria de respeito da vida privada e de segurança.

Numa conferência final, em Outubro de 2006, apresentaram-se as principais conclusões da consulta (ver [MEMO/06/378](#)). A Comissão apresentou o relatório da sua avaliação e recolheu a opinião final dos participantes tendo em vista a preparação da Comunicação.

Para mais informações:

http://ec.europa.eu/information_society/policy/rfid/

http://ec.europa.eu/information_society/events/cebit_07/rfid/

Dossiê de imprensa:

http://ec.europa.eu/information_society/newsroom/cf/itemlongdetail.cfm?item_id=3247